

os matizes do sentido — anarquismo, anarquia e a formação do vocabulário político no século XIX

alexandre samis*

Introdução

O presente trabalho foi concebido a partir da necessidade de se buscar o entendimento de determinadas práticas políticas, através de aportes semânticos complementares, que deram sustentação lógica aos discursos de um número significativo de representantes das elites imperiais no Brasil. Para tanto, utilizaremos como exemplo a idéia, instituída através do discurso conservador, de anarquia ou anarquismo, no período compreendido entre a independência política do país e os primeiros anos da República.

O conceito de anarquismo (incluindo-se aí seus cognatos), a dinâmica que lhe foi atribuída e as necessidades dos grupos que dele fizeram uso, serão aqui

* Mestre em História e integrante do Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres.

analisados à luz de uma linguagem política historicamente produzida e comprometida, estrito senso, com as classes dominantes.

Empregaremos, para tanto, paradigmas teóricos de capital importância para a investigação no campo das linguagens políticas. Em conformidade com tal necessidade, torna-se relevante uma apreciação mais detida sobre uma iniciativa, principiada na Alemanha, para a elaboração de um dicionário de “Princípios Históricos da Linguagem Política”, o *Geschichtliche Grundbegriffe* (G. G.). O empreendimento, coordenado por W. Conze e R. Koselleck, acompanhado pelos ingleses de Cambridge, Pocock e Skinner,¹ — estes mais preocupados com “discursos” e “ideologias”² — colaborou para uma significativa transformação nos trabalhos posteriores sobre a história das idéias que utilizavam como método a análise do discurso político.

Assim, diversos conceitos, negligenciados em sua constituição histórica particular, ganharam status de condicionadores de cognição ou mesmo moduladores de qualificativos. Segundo M. Richter: “É possível permitir que um filósofo político, hoje, veja a relação entre o uso de um conceito no passado e no presente ou que perceba a dependência do uso conceitual atual sobre o institucional ou outras práticas no passado.”³ Dentro deste espírito, e tentando utilizar os referenciais anglo-germânicos, em que pesem algumas divergências entre ambos, da linguagem política e seus objetivos e relevâncias para a História, procuraremos construir uma linha de demonstração.

Tendo em vista a larga utilização dos termos políticos, achamos importante balizar, mesmo reduzindo o universo de investigação, alguns conceitos que irão aparecer no decorrer de todo o século XIX e, como já foi dito, pensar o anarquismo e as implicações léxico-semânticas que o permearam na sua trajetória oitocentista.

A escola alemã nos mostra a importância do sincronismo da linguagem, situação e tempo em que o conceito é analisado, “assim como uma análise diacrônica da continuidade, da alteração e da inovação destes vocabulários políticos e sociais.”⁴ Demonstra, ainda, que o conceitual político também possui raízes sociais e aponta para a necessidade da comunhão com a história social.

Embora a história política seja a beneficiária direta da reconstrução das linguagens políticas, estas são filhas de uma profunda preocupação com as dinâmicas sociais que, não raro, são as maiores responsáveis pela conotação dos termos. O próprio Koselleck, em suas primeiras obras, subordinou seu texto ao propósito de associar história social e epistemologia conceitual.⁵

Dessa forma, a preocupação maior das escolas, tanto a de Cambridge quanto a alemã, é a possibilidade de entendimento do conceito em seu tempo. Assim, para estes estudiosos dos conceitos, o princípio hermenêutico deve guiar as suas investigações e definir, em última análise, os conteúdos ou mesmo o corpo de seus trabalhos. Nesse sentido, o entendimento do que representava o anarquismo, ou mesmo no que se configurava enquanto significado politicamente construído, torna-se relevante e justifica a investigação em torno do conceito. Lembrando sempre que este termo será incluído em uma família de palavras e, por conseqüência, de significados produzidos a partir do discurso político.

Melvin Richter, ao buscar definir a procedência do método complementa: “Pocock agora começa com a proposição de que os homens se comunicam por sistemas de linguagem, que os ajudam a construir tanto seus mundos conceituais como estruturas de autoridade.”⁶ Dessa forma, assim parece a certos estudiosos do assunto, faz-se necessário a conversão da história das idéias em história das linguagens.

Para Pocock, os meandros sutis da análise do “discurso” podem muito bem substituir a investigação das idéias. O “discurso” deve ser entendido como desenvolvimento ou definição de campos de ação política, que são produzidos através da linguagem. A nós parece que este paradigma possui raízes correlatas às que nutriram o pós-estruturalismo do pensamento de Michel Foucault e pode ser encontrado até mesmo em Thomas Kuhn, mas a sua estrutura é distinta, na medida em que propõem relações mais rígidas com a técnica da lingüística.

As reflexões sobre a obra destes teóricos do “discurso”, alemães e ingleses, demonstram que as pequenas diferenças entre os projetos não os afasta no que tange ao objeto de estudo e, muito ao contrário, reiteram a complementariedade dos esforços.

As propostas de Skinner para a investigação histórica através da linguagem, que serve como identificação da ideologia, é bastante atraente e sintética de alguns objetivos da linha proposta pelos alemães. E assim tenta sintetizar M. Richter sobre qual deve ser o objetivo das metodologias que privilegiam a linguagem política: “descrever e tornar inteligível tais teorias ou ‘ideologias’ como atos intencionais do discurso”.⁷

Este trabalho pretende explicitar, através do conceito de anarquismo, as diversas conotações assumidas pela palavra em momentos históricos distintos. Sem a preocupação de seguir rigidamente qualquer dos paradigmas levantados anteriormente, mas observando as sugestões metodológicas fornecidas pelos mesmos, através do texto de Melvin Richter.

A disputa pelo sentido

O pensamento político no Brasil do início de 1800 é representativo de uma fase constitutiva do vocabulário

que se apresenta em formação. Os significados, epítetos, ou adjetivos atribuídos a elementos ou procedimentos políticos têm, por assim dizer, vida própria e precisam ser observados e interpretados para além da significação que receberam nas respectivas origens européias.

O “jovem” Estado brasileiro já apresentava na sua formação, na década de 20 daquele século, características que permitiam o seu funcionamento como catalisador dos discursos de poder. Tais discursos, forjaram nas suas asserções políticas, juízos e valores que invariavelmente necessitavam ser traduzidos em palavras. Os debates instituídos no interior do espaço formal de atuação pública irão, em grande medida, dando significação aos termos utilizados, atribuindo-lhes valor e formatando significados.

A perspectiva constitucional concebida a partir dos eventos de 1820 no Porto, com conseqüências no Brasil, traz à baila uma nova forma de se pensar o governo e, por conseguinte, o próprio vocabulário político explicativo do mesmo. Como aponta a Prof.^a Lúcia M. B. Neves⁸, que demonstra a produção de um novo linguajar, nas questões relacionadas com o trato do político no Brasil, há uma incorporação de palavras que pretendem constituir-se em conceitos e termos que servirão de matéria-prima para a cunhagem dos discursos. Dessa forma, dois grandes conjuntos de palavras passam a figurar nos pronunciamentos oficiais, subjetivando, de forma positiva ou negativa, uma conduta determinada a ser seguida.

É nesse contexto que a idéia de “Regeneração”⁹ aparece como conceito-chave de um processo de “ordem” em construção, e a ele ligam-se imediatamente diversas palavras de teor valorativo positivo como reforma, cortes, eleição, voto, eleitor, deputado, cidadão, direito e ordem.¹⁰ Em oposição aos mais “altos valores” da governabilidade aparecem os termos de equivalência

negativa, presentes também nos discursos oficiais que buscam taxionomizar os germes da desordem ou dos excessos de liberdade, como anarquia, guerra civil, demagogos, pedreiros-livres, carbonários, jacobinos, *sans-cullotes*, democracia, república, partido e facção.¹¹

É importante ressaltar que os dois blocos de poder que disputaram, nos primeiros momentos, o *locus* privilegiado junto ao poder, após a independência, eram constituídos pelas elites coimbrã e brasiliense¹², respectivamente representadas por José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Gonçalves Ledo. E que a vitória de José Bonifácio sobre o grupo rival de Gonçalves Ledo, possibilitou àquele a privilegiada posição de defensor das virtudes da “Regeneração”, associando à elite marginal derrotada os termos pejorativos relacionados aos excessos de liberdade.

Assim como o termo “Regeneração” chega ao Brasil, vindo da Europa (Portugal), carregado de significação, aqui é adaptado e posto a serviço da construção da ordem imperial, em oposição, a um Antigo Regime representativo das ausências de cidadania, de voto, de direito e da reforma. As idéias de “anarquia”, “guerra civil”, “demagogia” e “jacobinismo”, de forma nenhuma apresentam distinção a este processo. Os anarquistas, neste momento, representam a desestabilização, o caos social e a possibilidade de comprometer a dinâmica requerida pela ordem, para o seu desdobramento sob as vistas da elite ou elites. E, neste particular, a relação com os conceitos ou significações do termo guardam estreito vínculo com a Europa.

No caso brasileiro, o embate dos princípios ideológicos das duas facções das elites, a coimbrã e brasiliense, produziram um duelo de qualificação e desqualificação mútuas, onde a semântica adquiriu fundamental importância. A linguagem foi neste momento o principal meio de esvaziamento dos discursos dos grupos derro-

tados e, ao mesmo tempo, garantia de triunfo e legitimação dos vitoriosos.

A elite coimbrã, liderada por José Bonifácio — este representante do ideário que propunha limitar os poderes da Assembléia Legislativa —, usava nas suas investidas contra o grupo rival brasileiro, significações ventiladas pelo discurso. “O ministro José Bonifácio confiando na opinião pública, que havia abandonado a idéia de república, pois os brasileiros encontravam-se lisonjeados com os títulos de Império e Imperador, declarou uma guerra aberta contra o grupo brasileiro, considerando seus integrantes como membros do partido republicano e da anarquia”.¹³ Bonifácio, dessa forma, buscava demonstrar claramente para a população os “reais” objetivos do grupo de Gonçalves Ledo, signatário de uma proposta onde D. Pedro I, com imenso prejuízo para sua imagem monárquica, aparece como servo do povo e subordinado aos que governa.

Fato é que o grupo brasileiro desarticulado pela campanha de José Bonifácio sucumbe às críticas, e o sacrifício destes é justificado como uma forma de evitar males maiores para o próprio soberano, gozando então de grande prestígio. Era assim: “O meio de evitar a anarquia e a guerra civil seria a abertura de um processo que impusesse uma punição aos malvados”.¹⁴

Embora tentassem os brasilienses a identificação com o princípio da “Regeneração”, através do jornal “Revérbero Constitucional Fluminense”,¹⁵ acabaram por perder a credibilidade, desacreditados pelo discurso político de seus adversários.

Optando por aglutinar os termos e atribuindo-lhes significado, as elites políticas dão sentido às suas representações classificando condutas e estabelecendo modelos a serem representados na cena pública. O estabelecimento de famílias de palavras, a partir de seus sentidos ou mesmo objetivos, colocava a “anarquia” na

esfera de valor do “republicanismo”, “jacobinismo”, do comportamento divergente e demais práticas identificadas e combatidas pelos cidadãos “de bem”.

Os representantes da elite coimbrã adicionavam, aos termos referidos com negatividade, os adjetivos de “caluniadores” e “pérfidos”. Assim como a palavra democracia está, naquele momento, associada a “anarquia” e ao despotismo do povo,¹⁶ estas idéias, ou mesmo termos que passavam a compor o mesmo bloco de significação, estão ainda no início do século XIX, no Brasil, longe do significado que percebemos hoje. A palavra “anarquia”, vista até aqui, como sinônimo de subversão ou elemento desestabilizador da ordem, tem suas raízes também na Europa — é utilizada já na França revolucionária, do fim do século XVIII. Não raro o substantivo “anarquia” ou o adjetivo de quem tende à mesma, ou seja, anarquista, estiveram ligados a situações semelhantes, a valores atribuídos por um determinado tempo histórico ou mesmo conjuntura. Na Revolução Francesa, os anarquistas muitas vezes eram os desestabilizadores, mesmo para os jacobinos como Robespierre. Segundo James Joll: “Os epítetos são significativos; ‘anarquista’ era o termo adotado por Robespierre para atacar os da esquerda, de que se servira para os seus próprios fins mas de quem resolvera se libertar”¹⁷. Joll alerta para uma construção, já na Revolução Francesa, de uma visão negativa do anarquista e de seu papel desagregador e nocivo para a sociedade. Entretanto, em outro trecho de seu trabalho, o autor mostra que não existia unanimidade em torno do papel dos anarquistas naquele momento. A citação da alocução dos *sans-cullotes* de Beaucaire, em 1793, à Convenção, apresenta outra perspectiva: “Somos uns pobres e virtuosos *sans-cullotes*; formamos uma associação de artesãos e camponeses... sabemos quem são os nossos amigos: aqueles que nos livraram do clero e da

nobreza, do sistema feudal, das décimas, da monarquia e de todos os males que ela acarreta consigo; aqueles a quem os aristocratas chamam anarquistas, facciosos, maratistas.”¹⁸

É interessante notar que, neste momento de turbulência da revolução, o anarquismo assume ao mesmo tempo, para alguns, o papel de promotor da revolução e, para outros, de perturbador da mesma. Robespierre, certamente como apóstolo de um modelo revolucionário específico e guardião das virtudes do processo, encontrava para o anarquismo o significado mais “adequado”.

É bom lembrar que, segundo James Joll, os que mais se aproximavam do anarquismo do século XIX, no momento da Revolução Francesa eram os *enragés* de Jacques-Roux ou mesmo Jean Varlet. E, eram exatamente estes, os alvos dos “virtuosos” jacobinos de Robespierre.

Devemos observar que muitos dos termos utilizados no Brasil do século XIX, nos anos 20, são em grande parte herdados do processo revolucionário francês, apesar das modificações do significado dos mesmos, pelos distintos períodos históricos e mesmo pelo distanciamento das culturas. Acrescidos da contribuição lusitana, já que muitos termos chegaram ao Brasil depois de assimilados e interpretados pelos portugueses, certamente enriqueceram e ampliaram a complexidade dos discursos políticos.

Dessa forma, podemos perceber, no caso brasileiro, semelhanças no que tange à identificação de anarquista como elemento desagregador ou mesmo perturbador da paz. A despeito das singularidades históricas, e fatos cronológicos distintos, o termo no Brasil aproximava-se da construção ou atribuição conferida por grupos na França setecentista. Além do anarquismo, podemos constatar, no vocabulário político brasileiro, palavras

claramente oriundas das discussões e cultura produzidas a partir da Revolução Francesa. A chamada “Ilustração Portuguesa”,¹⁹ disseminou a linguagem da revolução redimensionando-a aos interesses vigentes, atitude verificada também no Brasil. Quer pela via da reforma, ou mesmo pelas críticas aos modelos excessivamente liberais, o vocabulário universalizado a partir do fenômeno francês foi fundamental.

Destarte, é possível afirmar que não devemos separar os fenômenos das razões que os constituem, e a linguagem, como mecanismo constitutivo do discurso, obedece às mesmas regras, nas quais a razão de dizer não se separa do significado que assume o que foi dito.

O ideário político é tecido de fibras semânticas e, com a ajuda dos artífices (políticos), estas assumem as cores ou matizes desejados. A simbologia política necessita de elementos que a vinculem e promovam o seu reconhecimento morfológico. A identidade de valores simbólicos, faz-se também da reformulação dos discursos e reinvenção do significado das palavras, atribuindo-lhes valor ou ampliando os já existentes. É o que acontece no Brasil do primeiro Império, quando desfilam termos como “demagogos”, “república”, “carbonários” e “anarquia” de um lado, e em pólo oposto, “cidadão”, “voto”, “direito” e outros, assumindo assim polaridades distintas às encontradas em determinados grupos na Revolução Francesa.

Palavra e revolução

A idéia de anarquismo não se esgota no quadro histórico da conjuntura dos anos 20 do século XIX no Brasil, ou no resto da Europa. O termo anarquia nos anos 40, do referido século, continua a integrar os discursos políticos e mesmo a associar-se à idéia de revolução ou mudança brusca por “excesso de liberdade”.

A Insurreição Praieira de 1848, em Pernambuco — onde facções disputavam o poder político e o Partido da Praia, com matizes distintos em seu interior, polarizava com os conservadores (saquaremas) e uma parte significativa dos liberais (luzias) — é um exemplo da permanência da idéia de anarquismo. Os termos analisados são retomados e, em muito, guardam os significados apresentados durante a disputa entre as elites coimbrã e brasiliense, na aurora da independência.

Os radicais da Praia, que incluíam na sua pauta de reivindicações — permeada por uma certa lusofobia — a luta contra os privilégios dos estrangeiros, partiam de concepções nacionalistas e esboçavam comportamentos que futuramente seriam encontrados nas camadas médias da população brasileira.

Apesar da utilização de um vocabulário político, já familiar ao meio público, podemos observar algumas variações no significado de termos largamente empregados. Em um artigo escrito por Borges da Fonseca, um radical da Praia, em seu periódico, *O Verdadeiro Regenerador*²⁰, percebemos que a idéia de “regeneração” para os praieiros é, em muitos aspectos, distinta daquela que tinham os membros da elite coimbrã de José Bonifácio. Borges da Fonseca sistematizando o radicalismo, personificado pela ala a qual pertencia, previa, entre outros objetivos, em seu programa, o voto livre e universal do povo brasileiro²¹, além da extinção do poder moderador, liberdade total de imprensa e a implantação efetiva do federalismo. E, pregando o fim dos partidos, lembrava: “assim que não temos partidos; estão eles para nós acabados; hoje só há liberdade e regeneração, ou escravidão e aniquilamento; venham todos a nós, que os receberemos como irmãos.”²² São momentos nos quais a palavra “regeneração” aparece com sentido diverso do visto anteriormente, mas ainda

preservada no seu imperativo moral e como elemento desejável para a resolução dos problemas sociais.

Outros praieiros, como Antônio Pedro de Figueiredo, pensavam formas políticas alternativas ao “liberalismo” vigente em Pernambuco dos anos 40. Em sua revista social *O Progresso*, que circulou de 1846 à 1948, ele comemorava os acontecimentos do chamado “*Quarante-huitarde*”²³, — as manifestações nacionalistas da Itália, Alemanha, Polônia e Hungria —, além da insurreição em Paris naquele mesmo ano. Procurava divulgar, através de suas asserções, o entendimento da perspectiva que possuía de progresso, preocupação expressa já no título de sua revista.

E, para tanto, as palavras, uma vez recorrentes na revista, tinham que aparecer como representantes de um significado. Este expediente era importante, pois definia estratégias e a elaboração de táticas para os radicais, diferenciando-os dos conservadores e liberais apelidados então de “guabirus”. Para Izabel Andrade Marson, “enquanto os guabirus separavam revolução e reforma pelo fio da legalidade, porque não lhes convinha no momento tal recurso extremo, a Praia, sofrendo os últimos reveses, percorria o movimento inverso, confundindo uma e outra como soluções legais.”²⁴

Os radicais da Praia caminhavam no sentido de promover rupturas em relação às atitudes ou *modus* de operar mudanças na política, mas permaneciam prisioneiros dos sentidos das palavras ou vocabulários ligados pela política tradicional brasileira. As idéias de progresso e regeneração conviviam no vocabulário radical, sendo que a primeira, pouco identificada com a segunda, por vezes fazia com que as influências mais diversas dificultassem a clareza do pensamento radical. O sentido de progresso naquele momento, determinado, em muitos aspectos, pela conjuntura européia, induzia conclusão de que através da técnica a sociedade pode-

ria resolver seus problemas estruturais, chegando-se mesmo a admitir que: “O segredo consistia, então, em neutralizar a contradição irreductível entre os dois termos — ordem (sinônimo de despotismo) e liberdade (sinônimo de contestação e anarquia) — recriando-os num espaço de moderação e complementariedade, despindo de tensões, superando as definições antagônicas, através de um instrumento mágico e fruto do conhecimento, a técnica.”²⁵ *O Progresso* institui-se claramente aqui como elemento racional e mediador de um problema antigo no vocabulário político, qual seja, a possibilidade de se defender a liberdade sem a mecânica relação com a imagem da desordem. Mas é importante ressaltar que contra os radicais, a imprensa conservadora não cessava de utilizar o termo “anarquia”, associando-o a guerra civil²⁶, e conseqüentemente, a todas as tentativas de mudança da ordem social.

A anarquia, palavra recorrente nos discursos que tinham como objetivo desclassificar os oponentes, geralmente partidários da liberdade, era então vista de forma bem diversa da conceituação que lhe deu Pierre-Joseph Proudhon no seu tratado apresentado à Academia de Ciências de Besançon, *O que é a propriedade?*, em 1840.

Embora vários autores apontem as influências de Proudhon, Blanc²⁷, Saint-Simon, Cabet e outros na Insurreição Praieira e afirmem, como Vamireh Chacon, que: “as barricadas parisienses de fevereiro e de julho de 1848, irradiando-se numa ‘primavera dos povos’ que também atingiu o Brasil”, nos parece exagerada esta perspectiva, na medida em que o próprio entendimento do socialismo e do anarquismo estavam, aqui, reféns de uma herança política anterior e que as condições que proporcionaram a Praieira eram bem distintas. O próprio sentido do termo socialismo neste momento é de ampla interpretação, valendo lembrar que na própria

Europa só se define mais claramente a idéia a partir de 1830, e que, no Brasil, podíamos encontrar indivíduos, como o General Abreu e Lima, também um praieiro, que possuíam singulares interpretações para o termo.

Abreu e Lima, alcunhado de “General das Massas”²⁸, acreditava em um socialismo que utilizasse como pilares de sua constituição a propriedade e a família, além de entender este pensamento social não como ciência ou religião, mas sim como “providência”²⁹. No seu “socialismo” cabiam pesadas críticas a Fourier, Saint-Simon, Owen e ao comunismo. Em seu livro *O socialismo*, publicado em Recife, no ano de 1855, o general esclarece seu juízo sobre a matéria deixando-nos um pequeno exemplo do que poderia ser encontrado no Brasil, ao tratarmos os significados de palavras utilizadas no vocabulário político.

A idéia que o General Abreu e Lima faz do comunismo, é bastante diversa daquela que faria um socialista do final do século XIX, ou mesmo da de um liberal da mesma época. Sem poupar adjetivos depreciativos ao descrever o comunismo e os seus seguidores, Abreu e Lima, afirma que esta doutrina não é tão clara como as anteriormente citadas, mas que compreende uma multidão de sectários.³⁰ Entretanto, o livro do general nos faz atentar para uma ausência, qual seja: a de que em seus 31 capítulos não haja espaço para as críticas ao anarquismo.

Tal omissão, bastante sintomática, deve-se certamente a uma indefinição, ainda naquele tempo, da própria perspectiva de anarquismo em sua acepção política no exterior. Entendido, ainda, muito mais como comportamento do que por doutrina social.

Nos anos 50 do século XIX, o corpo teórico do que viria a ser o anarquismo moderno ainda estava por ser construído pelos seguidores de Proudhon. Os discípulos de Bakunin só passariam a identificar-se como anar-

quistas a partir do cisma ocorrido no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores, no último quartel do século XIX. E segundo o historiador George Woodcock: “Proudhon foi um exilado voluntário do mundo político do século XIX; não procurou discípulos, reagiu com indignação, sempre que alguém se atreveu a dizer que procurara criar um sistema e certamente que lhe terá provocado prazer o fato de, durante boa parte de sua vida, ter sido a única pessoa a ostentar o título de anarquista. Os seus continuadores imediatos preferiram chamar-se mutualistas (...)”.³¹ Proudhon, segundo Woodcock, escolhera o anarquismo como qualidade de quem tende à anarquia, ao questionamento do poder. “O aparente paradoxo da ordem na anarquia — eis onde reside a chave para a viragem de significado de todo este grupo de palavras. Proudhon, convencido de que uma lei natural de equilíbrio age no seio da sociedade, rejeita a autoridade, que considera inimiga da ordem, fazendo recair sobre os agentes do princípio autoritário as acusações feitas anteriormente aos anarquistas; e, ao fazê-lo, adota aquele título que julga ter liberto de todas as conotações pejorativas.”³²

Desta forma o termo anarquista, por via inversa, adquire força ética, na medida em que pelos discursos de poder, foi estigmatizado como a prática adotada pelos oprimidos ou mesmo os párias da sociedade organizada hierarquicamente. Proudhon tomou para si a difícil tarefa de habilitar um termo com significado negativo e com postura estoíca resistiu durante muito tempo solitário com suas convicções. Ele afirma em *O que é a propriedade?*: “a propriedade e a autoridade estão ameaçadas de ruir desde o princípio do mundo: assim como o homem busca a justiça na igualdade, a sociedade aspira à ordem na anarquia.”³³ Proudhon transforma assim a anarquia em veículo para se atingir o *thelos* qualitativo da sociedade; é a pedra-de-toque que levará

o homem à ordem em oposição ao caos, que, segundo ele, é a autoridade. O imperativo moral anunciado por Proudhon é uma mudança radical no conceito de “anarquia” e confere aos anarquistas um papel privilegiado nas mudanças sociais.

A ciência e o discurso

A segunda metade do século XIX no Brasil caracteriza-se, no plano social, pela formação de grupos de opinião nas camadas médias da população. O positivismo, introduzido pelos escritos de Saint-Simon, é, a partir dos anos 60, substituído pela vertente de Augusto Comte que, interpretada pelos segmentos intelectuais de então, passa a influenciar sobremaneira a idéia de progresso. Dessa forma, Augusto Comte legava a uma boa parte da intelectualidade brasileira suas noções de uma “Religião da Humanidade” consubstanciada na fé no progresso. A vertente comteana contrastava com a minoritária germanofilia de Tobias Barreto, tradutor de algumas passagens de *O capital* de Karl Marx, e outros materialistas. Comte reinava quase que exclusivamente, com seus postulados, princípios morais e sínteses científicas. Entretanto, outro pensador que ganhava notoriedade na Europa a partir de 1860, chega ao Brasil e arrebatava as mentes de uma grande parte dos intelectuais. Com seu dogmatismo evolucionista, Herbert Spencer disputou com Augusto Comte as simpatias dos homens de idéias do Império, em particular daqueles com pretensões a emergirem como indivíduos empreendedores. Assim como Comte, Spencer pregava a crença no progresso, mas, atribuía a este características de uma evolução inexorável e científica. Segundo Richard Graham, “embora Spencer jamais tivesse alcançado a forte influência exercida por Comte nos círculos brasi-

leiros, sua importante contribuição não pode ser ignorada.”³⁴

O liberalismo radical de Spencer propunha, entre outras medidas, a extinção do Estado, particularidade que o incompatibilizou com o jacobinismo republicano e, por via inversa, permitia equivocadamente sua aproximação do anarquismo.³⁵ Tal confusão, filha do século XIX, é perceptível ainda em algumas análises nos dias de hoje.³⁶

Um bom exemplo da perplexidade diante de tantas teorias e “novidades” vindas da Europa, é Euclides da Cunha que, segundo se tem notícias, teria assimilado simbioticamente os postulados de Comte e do evolucionismo spenceriano. Para o escritor de *Os sertões*, o livro de Comte, *Síntese subjetiva*, de 1856, era o maior livro do século XIX.³⁷ Euclides da Cunha, segundo Richard Graham, era um “(...) engenheiro e acatado correspondente de jornais, demonstrou a influência que Spencer tinha sobre ele quando insistiu, em 1902, que: ‘ou progredimos, ou desaparecemos: isto é certeza’”.³⁸ A personalidade intelectual de Euclides da Cunha, longe de representar uma absurda e confusa síntese de idéias, era o paroxismo da aplicação de paradigmas europeus à realidade brasileira. Muito coerente com as tendências de seu tempo, assinou muitos de seus artigos de teoria e opinião sob o pseudônimo Proudhon.

Linguagem partida

A imprensa é um veículo que merece maiores atenções no que diz respeito à investigação das transformações, operadas pelos discursos, no conceito de anarquismo. Os primeiros jornais a fazerem alusão ao termo datam dos anos 30 do oitocentos, e já traziam no seu conteúdo a idéia, compatível com o momento, do que se entendia por anarquismo. Não procuraremos

verificar o número de vezes que a palavra surge no título ou mesmo no interior da publicação, mas sim o sentido que ela apresenta quando figura nas respectivas obras.

Segundo o historiador do anarquismo Edgar Rodrigues, já em 1835 apareceu no Rio de Janeiro o periódico *O Anarquista Fluminense*, e, para o autor, “não se trata evidentemente o Anarquista em que se tornou Proudhon”³⁹, era um periódico que simplesmente caricaturava as medidas governamentais sem maiores pretensões. O mesmo caráter atribui-se ao jornal *O Grito Anarquial*, de 1848, que criticava ações políticas das elites sem objetivos claramente revolucionários.

Mas é importante ressaltar que, ambos aproximavam-se ou assemelhavam-se, no sentido de produzirem uma crítica ao poder vigente.⁴⁰

Encontramos em alguns livros referências sobre uma imprensa operária presente já nos anos 60, coincidindo com a entrada de levas de imigrantes e o aumento sistemático de jornais que tinham como objetivo tratar das questões sociais. “De 1860 a 1869, apareceram no Brasil vinte publicações operárias, número este que aumentou para 46 no decênio seguinte. Os títulos, que se repetem muitas vezes, denotam a tendência do jornal: *O Operário*, *O Trabalho*, *O Proletário*, *O Socialista*, *O Brasil da Miséria*, *O Grito dos Pobres*. Havia alguns, porém, como *O Anarquista Fluminense*, *O Comunista*, *O Incendiário* e *O Carbonário*, que procuravam satirizar a sociedade da época, de cunho humorístico, ou apenas possuíam um caráter liberal.”⁴¹

O aumento do número de jornais, se por um lado frisava as novas concepções atribuídas aos termos socialismo, comunismo e anarquismo, não garantia o rompimento com as antigas referências atribuídas aos mesmos no passado. A configuração de uma nova realidade social, e a formação de um proletariado, mesmo que

incipiente, contribuíram, a médio prazo, para o entendimento dos termos a partir de interesses de classes relativamente definidos. Assim, palavras como anarquismo, ou mesmo socialismo, por força de uma nova realidade econômica e social, passaram a possuir um outro significado, a despeito das permanências do pensamento conservador. Para os grupos dominantes o anarquista ainda era o desagregador e desestabilizador da ordem.⁴²

A dualidade que se estabelece a partir das modificações da realidade objetiva, não cessará de crescer no século XX. A visibilidade que passarão a possuir os libertários, por força do incômodo e da interferência na esfera pública burguesa, espaços sindicais e no meio intelectual, fará com que a apreciação das elites não fosse mais a única forma de se entender o anarquismo.

As experiências agrárias, como as de Guararema do italiano Artur Campagnoli (1888), Colônia Cecília de Giovanni Rossi (1890) e outras, ensejaram a rediscussão da idéia de anarquismo no Brasil, embora muito criticadas por vertentes do próprio anarquismo europeu. Essas colônias introduziram um tipo de cultura libertária, saudada pelos militantes anarco-sindicalistas, que contribuiu para compor, nas páginas dos jornais operários, uma nova imagem para o termo.

Assim, a imigração adicionava, através de variados fatores, outros ingredientes à já complexa sociedade brasileira. Os imigrantes anglo-saxões, considerados pelas elites como melhores, ou mesmo ideais,⁴³ em raras oportunidades foram identificados com o anarquismo. Ao contrário dos italianos, portugueses e espanhóis que, juntamente com outros brasileiros, definiram a reputação classista do ideário anarquista no país⁴⁴. A presença do movimento operário no Brasil, e em particular na Capital Federal onde até meados da

década de 10 do século XX estavam concentradas as indústrias, criou uma cisão na idéia de anarquia.

Se por um lado o vício elitista vaticinado pela pregação conservadora, na qual o anarquismo é o mal, permaneceu na imprensa identificando os “indesejáveis”, por outro, a classe operária em crescimento deu-lhe a leveza da esperança de dias melhores e um instrumento de luta para se alcançar a justiça social.

Em parte, a própria proposta doutrinal do anarquismo, em organizações não institucionais e grêmios de afinidade, que poderiam até ser étnicos, contribuiu para a formação da base social que daria voz aos princípios libertários. A marginalização dos contingentes de migrantes e imigrantes, além da estrutura arcaica da velha capital brasileira, forneceu as condições da organização do ideário anarquista sob bases propositivas.

Dessa forma, o início do século XX testemunha a inauguração de uma “linguagem operária” no Brasil, uma classe que pretende encontrar seu caminho, deparando-se com dificuldades, necessita formular seu próprio discurso através do entendimento de seus signos e palavras. O anarquismo é escolhido, por uma população excluída e pauperizada, como aríete para esgarçar a tessitura social pacientemente urdida pela burguesia na *Belle Époque* republicana; o anarquismo, revestido de ideais utópicos de libertação, passa mesmo a representar o velho risco, muito temido pelas elites em outros tempos, da revolução social. Sob este prisma, as demandas de uma camada social, que não cessaria de crescer nos anos seguintes, iriam determinar muito do que viria a significar o anarquismo.

Identificar o indivíduo, ou mesmo o grupo, como desviante é acomodá-lo na condição de anarquista e ao mesmo tempo aproximá-lo da desqualificação social.

Conclusão

É preciso, antes de mais nada, pensar o efeito que uma palavra tem ao carregar consigo toda uma carga simbólica oriunda, de fato, das significações que esta assume no contexto do discurso. Trata-se de entender, também, em que medida as palavras, enquanto signos, na tradição de Roland Barthes, ou mesmo de outros estudiosos da semiologia, assumem significações independentes e definem o conteúdo da frase ou discurso; ou, se estas perdem-se no contexto da frase ou discurso, como um todo, e passam a servir de simples componentes do pensamento completo, materializado em discurso.

O vocabulário político é sem dúvida um manancial de significações, com caracteres variados, assim como representante de juízos distintos de acordo com cada construção. É, em um primeiro momento, o vocabulário que permite a veiculação das propostas dos grupos políticos. É também, a análise do vocabulário, ou melhor, das palavras impregnadas de determinadas idéias, um desafio pois, ao tentarmos identificar qual dos fatores é condicionante ou condicionado, no tocante ao discurso ou à língua, aqui entendida como palavra, nos deparamos com uma tautologia.

Na medida em que os discursos pressupõem intencionalidade, esta pré-disposição já permite forjar um sentido. Assim pensando, como ficaria a palavra carregada ou entendida como signo? Será possível à palavra possuir significado independente, não sujeitando seu sentido ao discurso?

O trabalho nos levou a entender que existe uma inter-relação entre discurso e palavra (termo). E que a própria conceituação do termo já o coloca no âmbito do discurso, assim como a palavra traz, com ela mesma,

conotações passadas que de alguma forma permanecem.

Assim como a palavra é parte integrante do discurso, ela fornece as definições morfológicas do mesmo. A palavra é o pigmento que permite a percepção da textura do discurso. Podemos identificar a palavra (pigmento) e discurso (textura), mas dissecá-los é tarefa bastante difícil.

A utilização do termo anarquismo por Proudhon, em 1840, dando-lhe um qualificativo, até então desconhecido na Europa, é de suma importância para se entender a forma filosófica moderna assumida pela doutrina política e social do anarquismo. Foi dentro de um discurso racional e bem construído que o francês de Besançon logrou “transformar” radicalmente a palavra que seria o distintivo de toda uma geração de revolucionários. Entretanto, as permanências e os interesses das elites nunca permitiram uma mais ampla aceitação do novo sentido defendido por Proudhon.

No caso brasileiro, a situação não foi radicalmente distinta. De um significado majoritariamente negativo no início do século XIX, até a disputa pelo entendimento do anarquismo como força de transformação e ação das classes oprimidas, podemos contabilizar inúmeras escaramuças e tentativas de definição do termo. A disputa política, feita com signos e imagens simbólicas, construídas pelas palavras e discursos das classes sociais, pavimentou o longo percurso do dualismo de sentido, ainda hoje, contido no anarquismo.

A forma complexa que caracterizou o anarquismo na ocupação de espaços simbólicos, elemento promotor das hegemonias políticas, pode responder a muitas das indagações feitas, nos tempos que se seguem, sobre o instável sentido que possui o anarquismo na sociedade. Tendo sido os seus significados produzidos a partir das situações históricas, que determinaram o vocabulário

político, de acordo com os grupos capazes de veicular o sentido do termo com maior eficiência, o conteúdo semântico tornou-se, muitas vezes, mera consequência da capacidade que determinados elementos possuíam de atribuírem-lhe valor, via imprensa ou outros meios de comunicação formal.

Notas

¹ Melvin Richter. *Reconstruindo a história das linguagens políticas: Pocock, Skinner e o Geschichtliche Grundbegriffe*. Edição in separata mimeo. Rio, UERJ, 1996, p. 1.

² Idem, p. 45.

³ Ibidem, p. 4.

⁴ Ibidem, p. 6.

⁵ Ibidem, p. 8.

⁶ Ibidem, p. 25.

⁷ Ibidem, p. 41.

⁸ Ver: Lúcia Maria Bastos P. Das Neves, “Um novo vocabulário político” in *Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da independência (1820-1822)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

⁹ Idem, p. 241.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem.

¹³ Ver: Lúcia M. Bastos P. das Neves. “A exclusão como instrumento de poder: a devassa contra os demagogos anarquistas no Rio de Janeiro (1822-1823)” in Gizlene Neder (org). *Cidade, poder e memória*. Niterói, UFF, 1996, p. 90.

¹⁴ Ibidem, p. 91.

¹⁵ Lúcia Maria Bastos P. das Neves. op. cit, 1992, p. 244.

¹⁶ Lúcia M. Bastos P. das Neves. op. cit, 1996, p. 94.

¹⁷ James Joll. *Anarquistas e anarquismo*. Lisboa, Publicações do Quixote, 1977, p. 48

¹⁸ Idem, p. 48.

Os matizes do sentido

¹⁹ Lúcia M. Bastos P. das Neves. op. cit., 1992, p. 241.

²⁰ Ver: Vamireh Chacon. *História das idéias socialistas no Brasil*. Fortaleza/Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/ Ed. UFC, 1981, p. 26.

²¹ Idem, p. 33.

²² Ibidem, p. 34.

²³ O espírito de quarenta e oito, citado não só por Vamireh Chacon, como também por Amaro Quintas onde este atribui não só a Pernambuco como também a Paraíba, “aspirações libertárias” naquele momento. Ver: Amaro Quintas. *O sentido da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967, p. 62.

²⁴ Izabel Andrade Marson. *O Império do progresso*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 395.

²⁵ Idem, p. 294.

²⁶ Ibidem, p. 395.

²⁷ Segundo Chacon, a revista *O Progresso* de Antônio Pedro de Figueiredo teria se inspirado, até no título, na similar francesa de Louis Blanc, *Revue du Progrès*. op. cit. , p. 75.

²⁸ No posfácio ao livro de Vamireh Chacon, o iminente historiador José Honório Rodrigues traça um breve perfil do General das Massas: “Abreu e Lima não foi apelidado de General das Massas pelas suas aventuras libertárias. No meu estudo sobre ele, publicado em *História e Historiadores do Brasil*, conto a história do apelido, criado pela falsa presunção, inventada por Varnhagen e aceita por Evaristo da Veiga, de que Abreu e Lima não fora General de Bolívar, e sim pelo fato de que, em seus discursos, apelam com frequência às massas. O epíteto ridículo foi criado e divulgado pelo indignado Evaristo da Veiga, um dos precursores do udenismo”. op. cit. , p. 342.

²⁹ José Ignácio de Abreu Lima. *O Socialismo*, 2^o Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

³⁰ Idem, p. 97.

³¹ George Woodcock. *O Anarquismo*. Lisboa, Ed. Meridiano, 1971, p. 11.

³² Idem, p. 10.

³³ Pierre-Joseph Proudhon. *Que es la propiedad?* Barcelona, Ed. Tusquets, 1975, p. 283.

³⁴ Richard Graham. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo, Brasiliense, 1973, p. 244.

³⁵ Edgar Rodrigues. *Socialismo: uma visão alfabética*. Rio de Janeiro, Ed. Ponta Aberta LTDA, 1979, p. 152.

- ³⁶ Angela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1978, p. 104.
- ³⁷ Evaristo de Moraes Filho (org). *O socialismo brasileiro*. Brasília, UNB, 1981, p. 44.
- ³⁸ Richard Graham. op. cit. , p. 246.
- ³⁹ Edgar Rodrigues. *Os libertários*. Petrópolis, Vozes, 1988, p. 113.
- ⁴⁰ Edgar Rodrigues. *Sindicalismo e socialismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Laemmert, 1969, p. 57.
- ⁴¹ Moniz Bandeira; Clóvis Melo & A. T. Andrade. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 10.
- ⁴² Segundo Gilberto Freyre, nos anos que antecederam a abolição, até as posições moderadas sustentadas por Joaquim Nabuco eram qualificadas, pelos escravocratas, como atitudes de um “petroleiro”, “comunista” e “agitador”. Introdução in Joaquim Nabuco. *O abolicionismo*. Petrópolis, Vozes/MEC, 1977.
- ⁴³ Ver: Lúcia Maria P. Guimarães. “Da pecha de anarquismo às páginas policiais: a imigração espanhola no Rio de Janeiro” in Gizlene Neder (org). *Cidade, poder e memória*. Niterói, UFF, p. 123.
- ⁴⁴ Como nos mostra Lúcia M. Paschoal Guimarães em relação aos espanhóis no Rio de Janeiro. Idem, p. 123.

RESUMO

As diversas nuances dos termos anarquismo e anarquia no debate semântico e etimológico, ativando a discussão acerca dos elementos constituintes do discurso político do século XIX no Brasil.

ABSTRACT

The various nuances of the terms anarchism and anarchy in the semantic and etymologic debate, stirring up discussions over the elements that constitute the political discourse on the 19th century in Brazil.